

CAMPINA GRANDE – PB (1930–1950)

Modernização, cotidiano e cultura material

SEVERINO CABRAL FILHO*

RESUMO

Com este artigo procuramos refletir sobre aspectos do cotidiano e da cultura material na cidade de Campina Grande, Paraíba, entre os anos 1930–1950, considerando os impactos de um processo de modernização aqui verificado graças aos sucessos do comércio do algodão, registrado tanto pelos textos otimistas da imprensa local como por imagens fotográficas. Para abordarmos esses eventos recorreremos ainda aos registros deixados por alguns memorialistas locais que, ao narrar as suas experiências, as associam em grande medida ao progresso econômico alcançado. Assim, procuramos mapear hábitos urbanos de consumo, considerando as permanências e as mudanças, influenciadas pelas transformações econômicas e mentais.

PALAVRAS-CHAVE: Campina Grande; Fotografia; Modernização; Cotidiano; Cultura Material.

ABSTRACT

This article intends to reflect on everyday aspects and material culture in the city of Campina Grande, in Paraíba State from 1930 to 1950, considering the effects of the modernization process that was a result of the success from cotton market, recorded by the optimistic texts of the local press and pictures. In order to approach these events, we still turned to the records left by some local memoirists that telling their experiences associate them on a large scale to the reached economic progress. Therefore, we tried to survey the urban consumption habits considering the permanence and the changes influenced by economic and mental transformation.

KEYWORDS: Campina Grande; Photography; Modernization; Quotidian; Material Culture.

Abordar a cotidianidade na cidade de Campina Grande, na Paraíba, sob os impactos de certo processo de modernização havido entre 1930 e 1950 é o nosso objetivo neste artigo. Investigar aspectos da cultura material vivenciada nesta cidade se configura também como um importante desafio a ser aqui enfrentado. Estamos convencidos de que vida cotidiana e cultura material são experiências inseparáveis, e que o estudo de apenas uma destas experiências resultaria lacunar, dada a complementaridade indispensável que o estudo da outra pressupõe.

Este processo de modernização, reflexo no aporte de equipamentos marcados por uma tecnologia bem atualizada, as transformações de natureza social, econômica, política e mental experimentadas ao longo deste percurso, imprimiram marcas no viver cotidiano dos indivíduos, com eles estabelecendo relações às vezes tensas e conflituosas e às vezes de franca harmonia. Acreditamos que a vida cotidiana expressa os agentes sociais em sua plenitude, em suas formas de relacionamento com o mundo em que vivem e esse aspecto já denuncia o caráter heterogêneo e hierárquico da diversidade de maneiras de viver o cotidiano.

Para Agnes Heller a vida cotidiana está no centro do acontecer histórico, constitui-se como a essência da substância social e apresenta-se de maneira multifacetada; cada uma destas facetas funciona como partes orgânicas que conferem totalidade e dinâmica ao cotidiano. São elas: “a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação”.¹

Este caráter multifacetado da vida cotidiana pode ser facilmente identificado em trabalhos de pesquisadores sociais – sobretudo dos historiadores – que se debruçam sobre esta temática. Afinal, foram os historiadores que criaram os *Annales* que se voltaram para aspectos da existência humana até então negligenciados pela produção historiográfica que privilegiava uma totalidade histórica onde pontificavam “grandes” temáticas como a Política e a Economia. A virada historiográfica (há quem fale em revolução na historiografia) patrocinada pelos *Annales* frutificou de

forma que estudos sobre a vida cotidiana conquistaram um forte reconhecimento acadêmico em todo o mundo Ocidental.²

Outra proposta para revelar e interpretar esta relação havida entre vida cotidiana e cultura material nos é feita pelo cânone sociológico, particularmente pela *Sociologia da vida cotidiana*. Debruçado sobre este promissor campo dos estudos das sociedades, José Machado Pais sugere que não é necessariamente nos fatos ocorridos nas “rotas do cotidiano”, nas suas ritualidades, que a sociologia do cotidiano se compraz, mas na forma como aborda e revela os fatos. A sociologia do cotidiano opera com insinuações, com indícios. Ela não deseja a posse do social, contra tal posse se insurge. Anima-a aludir-lhe sugestivamente, sem qualquer pretensão de reificá-lo. Se a sociologia da vida cotidiana acena com alguma verdade é a que assegura a impossibilidade de apreensão do real, e a consciência epistemológica desta impossibilidade é condição fundamental para entendermos alguma coisa do que se passa no cotidiano. Assim, a realidade não se dá; para chegarmos a ela precisamos imaginá-la e construí-la.³ Provavelmente por isto o autor recorra à analogia entre o fotógrafo e o sociólogo, sugerindo que o trabalho de ambos expressa o “deslizar do olhar pelo social – nos seus aspectos mais particulares, acidentais e superficiais –, o fotografar é um processo de capturar o fugaz que o olhar do fotógrafo (ou do sociólogo) possibilita”.⁴

A importância atribuída às imagens fotográficas não se encerra nesta analogia; elas podem vir a desempenhar um papel crucial, em sua condição de índices, para o estudo da cultura material e do cotidiano: isto é o que propõe o historiador Peter Burke ao afirmar o valor histórico das imagens nos mais diversos aspectos que compõem o cotidiano como a habitação e o vestuário; elas indiciam as formas de utilização dos objetos, os espaços urbanos e rurais. As imagens são igualmente úteis para o estudo das técnicas e das tecnologias.⁵ Certamente as condições sócio-econômicas são, em grande medida, responsáveis pela emergência de muitos objetos e pelo desaparecimento de outros tantos em qualquer sociedade. Imagens fotográficas se constituem, aqui, como um material precioso para o nosso estudo.

Para pensarmos sobre cultura material nos basearemos em dois historiadores tidos como herdeiros dos Annales: Daniel Roche e Jean-Marie Pesez. Roche assinala que a cultura material viabiliza-se pela produção e pelo consumo. Para Pesez, é no acontecimento sócio-econômico que podemos encontrar as linhas centrais da cultura material.⁶

Quando pesquisamos a experiência vivida em Campina Grande entre os anos 1930 e 1950 em que, graças ao comércio do algodão, a cidade experimentou um considerável crescimento econômico, nos deparamos com objetos e acontecimentos que nos dão a conhecer mudanças significativas no cotidiano desta sociedade, ainda que reconheçamos que determinadas práticas sociais não sofreram alterações em contato com as novidades. Muitos desses acontecimentos e os seus objetos podem ser inventariados através das muitas imagens que nos foram legadas pelos contemporâneos deste contato da cidade com tantos símbolos modernos. Fotografias de automóveis e caminhões pelas ruas da cidade, por exemplo; ilustrações valorizando chamadas publicitárias através dos jornais escritos, reproduzindo imagens que se constituíram em objetos do desejo de parcelas da população; matérias veiculadas nesses mesmos jornais dando conta de condutas desviantes de populares em contato com estes objetos; os trabalhos de memorialistas que nos conduzem por espaços da cidade sobre os quais, muitas vezes, não temos outras informações. Todas estas imagens, iconográficas e literárias, em sua singularidade, nos fornecem elementos para indiciarmos estas experiências. Apreciemos essas imagens.

Sobreviver em Campina Grande

A cultura do algodão comandou a economia local assim como exerceu forte influência sobre a vida cotidiana em Campina Grande durante a maior parte do período histórico para o qual estamos nos voltando, marcando esta sociedade e condicionando, sob vários aspectos, determinadas atitudes de moradores desta cidade. Essa importância atribuída ao algodão pode ser percebida não apenas nos artigos de jornais de época que repetiam à

exaustão a relação entre o progresso da cidade e o seu comércio algodoeiro com indústrias têxteis da Europa no período entreguerras; encontramos-a ainda nos depoimentos dos contemporâneos desses eventos, nos relatos dos memorialistas e nas demonstrações contábeis das administrações estadual e municipal publicadas pela imprensa – reveladoras de aportes significativos de recursos aos cofres públicos advindos das empresas negociadoras do algodão.

No entanto, somos tentados a pensar que sem o trabalho dos fotógrafos que registraram ruas centrais da cidade servindo de depósitos para os fardos de algodão, as usinas beneficiadoras, as prensas, as máquinas, os escritórios das empresas, fazendo-os aparecer como um atestado visual desse contato direto, visceral, de um produto com uma cidade, talvez essa relação não tivesse permanecido com tanta força, o que nos incentiva a desdobrá-la em busca da revelação de novos significados para aquela época. Fotografias, como a que apresentaremos a partir de agora, permitem-nos esse exercício. Afinal, como nos lembra Pierre Bourdieu,

Comprender adecuadamente una fotografía [...] no es solamente recuperar las significaciones que *proclama* (es decir, en cierta medida, las intenciones explícitas de su autor), es también, descifrar el excedente de significación que *revela*, en la medida en que participa de la simbólica de una época.⁷

“Mesmo quando se multiplicam as construções, os pobres continuam miseravelmente alojados”, afirmou Fernand Braudel, referindo-se às contradições existentes no quesito *Habitação* na experiência mundial por ele abordada entre os séculos XV e XVIII.⁸ Esse pressuposto continuaria válido no decorrer dos séculos que se seguiram, e com o ponto agravante de os pobres e as suas residências, sociabilidade e cultura, terem sido objetos da vigilância e do disciplinamento do aparato de poder gestado na Modernidade cujo símbolo mais evidente foi a reforma urbana parisiense, o modelo paradigmático que se espalhou pela Europa e América, até chegar ao Brasil nos anos iniciais da República. No Rio de Janeiro do prefeito Pereira Passos, em São Paulo, em Recife, em Porto Alegre, em João Pessoa assim como em outras tantas cidades foram demolidas muitas das construções em áreas

centrais destas cidades, sobretudo as habitações dos pobres, que, em função de uma certa noção de racionalidade, foram consideradas inestéticas, insalubres e transformadas em antros de promiscuidade – abrindo caminhos para o surgimento de novas fisionomias urbanas, lastro para a especulação imobiliária, negócio que gerou fortunas para poucos privilegiados. Campina Grande não poderia deixar de ser atingida por esse vendaval modernizador.⁹

Infelizmente, os fotógrafos que se ocuparam de tomar imagens de Campina Grande neste período voltaram pouco as suas objetivas para as zonas periféricas da cidade, onde habitava a maior parte dos seus pobres; onde essas moradias foram mostradas se nos aparecem apenas as suas fachadas o que significa um prejuízo, uma quase impossibilidade de avaliarmos o que se consumia “porta adentro” destes lares; de sorte que materiais escritos deixados por cronistas e memorialistas contribuem para amenizar este vazio.

Tomamos a primeira fotografia [figura 01] como ponto de partida para pensarmos sobre a habitação desses homens e mulheres campinenses num contexto que lhes foi pouco favorável, sobretudo àqueles habitantes das zonas periféricas da cidade como os bairros do Prado, da Liberdade, do Moita e da Cachoeira, “bairros feitos de trabalho e pobreza”, no dizer do cronista Francisco Maria Filho.¹⁰ A imagem, tomada no ano de 1931,¹¹ nos conduz à Rua da Cadeia, rua que viria a ser demolida para a ampliação da Praça Clementino Procópio, inaugurada em janeiro de 1936 como um espaço moderno destinado ao lazer e à sociabilidade.

Habitados por pessoas pobres e socialmente estigmatizadas, algumas ruas, ruelas e becos, fisicamente bem próximos de onde pulsava o centro econômico e social de Campina Grande, tornar-se-iam, por meados dos anos 1940, com a reforma urbana já em curso e consumada na administração do prefeito Vergniaud Wanderley (23/08/1940 – 19/03/1945), áreas econômica e socialmente valorizadas e que se tornariam parte daquela região nobre da cidade.



FIGURA 01: Arquivo Severino Bezerra de Carvalho.

A imagem nos dá conta de construções simples. Casas geminadas feitas ainda de taipas e telhas. Chamavam-nas “caixas de fósforos”. À direita da foto vemos uma espécie de barracão e algumas pessoas, umas de pé, outras sentadas, conversando. Uma cena provavelmente comum para o cotidiano daquelas existências. Residências como as que vemos na imagem estavam agora fora dos padrões estéticos que se consolidavam, incorporados e difundidos pelo gosto da elite detentora do poder social, econômico e político que, em geral, deixara-se marcar por um padrão de beleza caracterizado pelas linhas previstas pela racionalidade das modernizadas técnicas de construção, que estimulavam a ampliação interna dos espaços e a atribuição a estes de novas funcionalidades. Assim, essas construções estética e moralmente condenadas, foram marcadas para desaparecerem, vítimas das intransigentes e sistemáticas oposição e perseguição de setores da elite campinense.

As “Caixas de Fósforos” estavam, portanto, com os seus dias contados. A intransigência contra tais construções chegou ao seu ápice através do jornal campinense *Brasil Novo* no qual, em sua edição de 14 de fevereiro de 1931, um articulista, anônimo e intolerante, pedia, com urgência, a demolição do que ele considerava “porcaria, nojo, repugnância”. Aqueles casebres que, em sua ótica e verve, estariam “pedindo um empurrão que os joguem por terra”, desafiavam o senso estético dos responsáveis pela reforma da cidade. Na Luz, atrás daquelas “portas imundas”, “mulheres

sórdidas continuam morando, e por ser uma artéria movimentada, exibem aos transeuntes, a sua miséria e a sua porcaria”. Elas, “quase todas meretrizes de baixo calão, de vestes porcas e imundas, repugnam, pelo exibicionismo de suas mazelas”. Segundo o irritado articulista, tal situação tolerar-se-ia num subúrbio, mas nunca no centro de uma cidade como Campina Grande.¹²

Entre a imagem fotográfica e o texto tão agressivo do articulista do *Brasil Novo*, colocamo-nos diante da interface entre a palavra escrita e a imagem fotográfica como meio de significarmos a cidade; estamos face a face com a dualidade existente entre a morte e a eternidade. Afinal, a fotografia é comumente relacionada à morte, isto é, àquilo que foi e não mais é que a imagem expressa e mantém. Afinal, para Christian Metz, a imobilidade e o silêncio, apanágios da imagem fotográfica, “não são apenas aspectos da morte, eles são também seus principais símbolos, eles *figuram-na*”.¹³ Incentivar a morte de algo; desejá-la; promovê-la: teria sido estes os objetivos dos fotógrafos que produziram estas imagens? Não sabemos. Sequer lhes conhecemos a identidade. No entanto essa possibilidade não pode ser descartada, pois, pelo que nos é dado a conhecer, tanto o artigo quanto a imagem foram produzidos num momento histórico em que os discursos modernizantes não davam espaço para o que era considerado agressivo aos novos padrões estéticos que estavam a orientar uma nova visão de cidade, de desenvolvimento e de progresso.

Mas, como viviam as pessoas que habitavam esses espaços revelados pelas imagens? Como se alimentavam? Afora algumas imagens nas feiras livres que nos mostram a exposição de produtos alimentícios à venda, as fotografias que dispomos não nos dão muitas pistas para vislumbrarmos esta faceta do cotidiano destas pessoas. De qualquer forma, muitas imagens tomadas no universo das feiras livres em Campina Grande nos ajudam a imaginar carências e desejos daquela gente. Por outro lado, podemos nos textos legados por alguns memorialistas – que, com sua peculiar riqueza de detalhes acerca do vivido, nos dão a conhecer parte fundamental de suas existências e do mundo ao seu redor.

Esta outra forma de representar a cotidianidade nos permite adentrar esses lares e observar a sua rotina nem sempre feliz. Assim, é no cruzamento dessas duas formas de imagens que julgamos encontrar boas referências para pensar parte desta materialidade. O caso da família Pessoa Mendes é exemplar, de forma que pode nos fornecer pistas valiosas sobre as condições materiais com que se defrontaram pessoas pobres como elas em sua experiência campinense.

A descrição que faz Manuel Pessoa Mendes do bairro do Prado, onde foram morar inicialmente, numa casa alugada pelos seus familiares já residentes na cidade, é bem significativa. Aquele bairro “sem dignidade”, com os seus casebres amontoados, seus moradores vindos de fora, sem profissão certa, que lhe emprestava um caráter passageiro e estranho. Este espaço da cidade e a casa que a sua família ali alugou, guarda muitas semelhanças com o que nos mostra a fotografia acima. Senão vejamos:

Era um bairro pobre e sujo, além de ter má fama. Má fama, aliás, que já não merecia, pois, as *mulheres da vida* que ali viviam há muito haviam sido transferidas para um outro local. O estigma porém ficara, juntamente com a extrema pobreza da grande maioria dos que ali moravam... O casebre tinha paredes baixas, de taipa, chão de terra e cobertura irregular, com muitas frestas em suas velhas telhas de barro mal cozidas e enegrecidas. Imprensada entre outras duas casinhas que pareciam se apoiar ente si, a *residência* dispunha apenas de uma porta e diminuta janela na frente e uma outra porta nos fundos. Um corredor estreito, lateral, ligava a sala aos dois quartos e à cozinha. Tudo pequeno, escuro e sujo. As paredes internas, mal caiadas, só alcançavam um pouco mais que a altura de uma pessoa, ficando um vão aberto entre elas e o telhado.¹⁴

Esta situação inicial convertera-se num choque para aquela família, habituada, em sua terra natal (Bom Jardim, Pernambuco, de onde migraram em fevereiro de 1938), a viver numa casa de alvenaria com dimensões bem maiores. Diante da projeção idealizada sobre o bem viver em Campina Grande e a realidade com a qual se deparavam ali, a decepção e o desconcerto devem ter tomado de assalto àquelas pessoas. A leitura destas imagens nos leva a pensar que as expectativas de uma vida material condigna que a maior parte dos migrantes julgou lograr através do seu

trabalho nem sempre se confirmaram. Eles, que depositaram as suas esperanças em tal desenvolvimento econômico e esperaram dele compartilhar, viram-se certamente frustrados e, em muitos casos, o torpor acerca da nova experiência foi expresso ao primeiro contato com as dificuldades agora enfrentadas.

As feiras livres em Campina Grande, esse ambiente em constante movimento, onde é possível se avaliar muitas das possibilidades e desejos do consumo popular, mas também onde os membros daquela elite se abasteciam, eram bem diversificadas: a feira de frutas, a feira de cereais, a feira de animais, a feira de móveis...

A segunda fotografia [figura 02] nos coloca diante de alguns itens do consumo popular ou, do que estava mais ao alcance do poder aquisitivo de trabalhadores pobres. Para além do movimento de homens e mulheres – muitas delas, talvez, empregadas domésticas, conduzindo os seus cestos à cabeça e seguindo as suas patroas –, vemos à disposição da clientela, numa dada ordem, mesas, cadeiras e uma cama para casal (quem sabe até de segunda mão, uma vez que era comum nestas feiras a comercialização de móveis usados) com o seu respectivo colchão, provavelmente forrado com junco ou capim, e em franco desalinho com o estrado da cama. Afinal, os colchões com molas eram produtos para os abastados, e muitas daquelas pessoas pobres, resignadas ou não, descansavam os seus corpos sobre catres.¹⁵

Por mais simples que possam parecer as peças para mobília certamente elas constituíram-se em sonho de consumo de muitos migrantes pobres em Campina Grande.

Contudo, uma das possibilidades colocadas pela feira para aqueles que tiveram um destino mais feliz em Campina Grande, mas que, mesmo assim, não podiam comprar nas movelarias desta cidade, era a compra de tais móveis mais simples como estes que a fotografia nos dá a ver. Imagens como estas também nos ajudam a compreender as dificuldades de consumo pelas quais passaram os pobres, campinenses ou migrantes, que optaram por

‘mudar de vida’ nesta cidade anunciada pelos seus apoletas como um oásis de oportunidades.

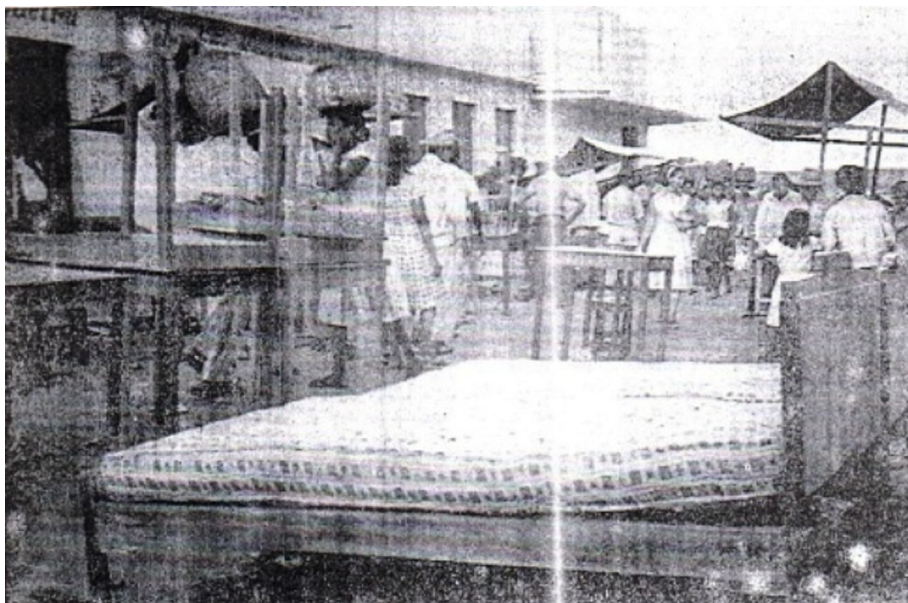


FIGURA 02: Extraída do Relatório “Campina Grande: um centro comercial do Nordeste”.

Quase todas as ruas centrais de Campina Grande eram ocupadas pelos feirantes e os seus negócios. Praticamente tudo era comercializado naquelas artérias, inclusive serviços, tal qual podemos deprender da terceira fotografia [figura 03]. O conteúdo desta imagem nos permite vislumbrar pelo menos três homens – dois deles dividindo a mesma barraca – trabalhando em serviços de barbearia. Uma legenda que acompanha esta imagem no documento que ela ilustra nos informa: “Barbearia encontrada na feira”. No primeiro plano da imagem vemos um homem, sentado, tendo os seus cabelos cortados.

Ele está vestido com uma túnica ou lençol branco. A cadeira de madeira, sem braços, onde ele está sentado, não proporciona conforto. Atente-se para o ‘apoio de cabeça’ desta cadeira, em forma de “T”, um apoio para os fregueses que vinham barbear-se. As barracas, semelhantes a tantas outras daquele universo, funcionam como salão, com as suas mesas em

madeira servindo de anteparo para os utensílios utilizados naquele ofício. Uma pequena jarra de barro, própria para água, está junta com pequenas garrafas de vidro – talvez loções pós-barba, além de outros objetos menores. A pasta de couro, suspensa no alto da armação de madeira da barraca, indica ser um acessório útil no qual aqueles homens provavelmente recolhiam o saldo do seu trabalho. No chão, um pequeno saco contendo algodão.



FIGURA 03: Extraída do Relatório “Campina Grande: um centro comercial do Nordeste”.

Os chapéus de palha utilizados pelos dois barbeiros (o terceiro barbeiro juntamente com o seu cliente, que vislumbramos no segundo plano desta fotografia, encontram-se encobertos pelas cobertas de sua barraca) mostrados no plano central da fotografia nos levam a pensar tanto no hábito do uso comum desta indumentária naquele período como na insuficiência da cobertura que aquelas barracas ofereciam para protegê-los do sol; as roupas de cores claras, assim como a sandália aberta na frente, indiciam práticas comuns de vestimenta entre os mais pobres.

O ambiente retratado está dividido entre as pessoas, trabalhadores e consumidores dos seus serviços, e os animais – conforme nos são mostrados cavalos estacionados e outros montados (ao fundo da imagem). Muitos dos elementos expressos nesta fotografia nos lembram o ambiente rural que

ainda predominava em Campina Grande, mas que, na ânsia de projetarem mentalmente uma cidade moderna, os letrados campinenses não queriam perceber.

Estamos, de fato, em presença de um universo popular, de feitura simples, voltado para atender demandas por serviços de uma população sem grandes meios de subsistência. Diferentemente do Salão de Luiz Rodrigues,¹⁶ localizado na Rua Maciel Pinheiro, então espaço nobre de Campina Grande, que atendia a uma clientela “distinta”, constituída pela elite daquele lugar, estes barbeiros da feira faziam as barbas e cortavam os cabelos daqueles que apenas poderiam sonhar em sentarem-se às confortáveis cadeiras americanas oferecidas aos seus clientes. No entanto, a tal salão se assemelhavam na medida em que os fins sociais aos quais estavam destinados eram os mesmos: proporcionar beleza e/ou asseio àqueles que os procuravam.

A quarta fotografia [figura 04] nos conduz a algum local ermo no bairro do Prado no decorrer da distante década de 1940. Uma legenda acompanhando a fotografia nos revela o seu referente: trata-se de um abate de caprinos que ocorria naquela região.¹⁷ Sabe-se que a carne destes animais é uma iguaria importante na culinária nordestina, igualmente apreciada por abastados e por pobres. Ainda nos dias que correm o preço desta carne, assim como a carne de porco, é inferior ao preço da carne de gado, mas igualmente apreciada nestas comunidades.

A imagem nos mostra três homens e dois cães, além dos caprinos abatidos, despelados e pendurados em galhos roliços de árvores. Uma foto posada. O homem que está no centro, voltado para o fotógrafo, apóia a sua mão direita bem próxima a alguns dos animais abatidos. O homem que está à esquerda tem uma espécie de faca em sua mão direita com a qual aparenta cortar um animal. A imagem sugere que o terceiro homem está atento aos movimentos de um dos cães, ou, evita ter o rosto fotografado.

Chamam a nossa atenção as vestimentas tão semelhantes que esses trabalhadores estavam usando naquele instante: dos seus chapéus às suas sandálias tudo parece rigorosamente igual. Usariam paletós para o abate dos

caprinos ou o uso daquela indumentária era uma estratégia teatral, um recurso de cenário para parecerem mais elegantes e mais dignos na foto? Afinal, naqueles tempos, o uso do terno implicava uma simbologia que expressava um modo de bem vestir.



FIGURA 04: Acervo do Museu Histórico de Campina Grande

Para além destes detalhes relacionados à aparência importa destacar a revelação que a imagem nos traz acerca do modo tradicional de abater e preparar os animais para o consumo: ao ar livre, em locais remotos de uma cidade que, paradoxalmente, já dispunha com um matadouro público próprio para o abate de bovinos. Isso nos conduz às questões relativas à alimentação.

Pela quantidade de caprinos expostos na fotografia podemos sugerir uma produção considerável da carne desses animais para o consumo em Campina Grande, o que nos leva a pensar que os responsáveis por esta produção eram pessoas dotadas de algum cabedal. Estamos, pois, imaginando que os homens revelados nesta fotografia são os trabalhadores responsáveis pelo abate e preparação dos animais para serem comercializados na cidade.

A quinta fotografia [figura 05] nos mostra um outro momento relacionado à preparação dos caprinos para o mercado. Acreditamos que ambas as fotografias foram feitas na mesma ocasião, como a querer registrar as etapas do processo de abate destes animais. Além de nos apresentar as maneiras de realização deste trabalho, elas indiciam aspectos importantes daquela realidade, indicando um produto específico que a cidade dispunha para a alimentação de parcela dos seus habitantes.



FIGURA 05: Acervo do Museu Histórico de Campina Grande

Mas para além do que pode ter sido a intenção do fotógrafo (documentar o abate dos caprinos em etapas), esta imagem nos coloca frente a frente com um cenário de produção de alimentos que devia incomodar muito àqueles espíritos ciosos de higiene, esse apanágio do norte modernizador. Vemos um mourão (um tronco de árvore), onde provavelmente os animais eram amarrados para serem abatidos; as preocupações com a salubridade, tal qual estava ditando o saber médico, passavam longe desta cena. Os animais abatidos, sobre o chão, dividem o espaço com o que parece ser galhos e outros materiais que poderiam causar repulsa aos espíritos

modernizadores que pelejavam por um determinado projeto de higienização para Campina Grande, projeto este que colidia frontalmente com práticas como as que essas imagens nos mostram.

Há outra especificidade nesta imagem: a participação das mulheres naquela atividade. São as ‘fateiras’, aquelas que evisceravam os animais. Munidas com suas facas, vestidas com saias, blusas de mangas compridas e lenços amarrados nas cabeças elas realizam seu trabalho sob a observação de um homem que, de chapéu de couro e camisa aberta, se posta à retaguarda delas, como que fiscalizando-lhes o trabalho.

Este é um cenário de produção alimentar mas também de evidente pobreza. Segundo informações que colhemos junto a pessoas que viveram esse período, o pagamento pelo trabalho realizado pelas mulheres como as que vemos na foto, era feito com partes dos animais que não tinham valor comercial considerável: as vísceras, as patas e a cabeça. Enfim, estabelecia-se uma espécie de troca de trabalho por comida, isto é, aquela comida rejeitada por quem podia pagar pela carne nobre dos caprinos. Para pessoas pobres como estas, sem emprego certo, alimentar-se era, sim, afinal de contas, um grande desafio enfrentado todos os dias.

Para parte da população campinense, quase sempre sem recursos naquele universo tão afamado pela sua riqueza, a preocupação com a alimentação constituiu-se num verdadeiro peso – podemos verificar isto por meio dos materiais literários. Afinal, os homens de imprensa muitas vezes reclamaram contra o preço elevado dos alimentos; os memorialistas, na sempre complexa tarefa de reinventar o passado, nos deixaram um bom material que, em muitas circunstâncias, é capaz de indiciar a experiência dos menos favorecidos em sua luta pela alimentação.

Manuel Pessoa Mendes, ao narrar muitas das privações, decepções e tristezas pelas quais a sua família passou em sua experiência campinense, nos oferece indícios preciosos para pensarmos sobre a alimentação dos pobres em Campina Grande. Ele nos conta, por exemplo, que os clientes abastados, nas feiras, consumiam as “melhores e maiores frutas; a carne, chã de dentro; o café, moça; o açúcar, refinado; o arroz, agulha; o queijo, de

manteiga”.¹⁸ Os pobres consumiam as sobras de produtos vendidas na “feira dos restos”: aparas de carne, ossos, muxiba, frutas mirradas e amassadas, café de segunda a ser torrado em casa, misturado com açúcar bruto ou rapadura para render mais; o sal era grosso; o açúcar, cristal ou sumeno (sic) e o arroz, da terra.¹⁹

O jornalista Epitácio Soares, numa crítica jocosa mas preocupada, eleva, ironicamente, o comerciante varejista de carnes – que ele chama de carniceiro – à condição de excelência. Soares denunciava o alto preço da carne bovina numa matéria que ele fez publicar no jornal *A União*, em sua edição de 13 de janeiro de 1943.²⁰

Diante de tais dificuldades para se consumir carne entre as pessoas mais pobres, o recurso à caça de pássaros – ainda fartamente povoando esta região – parece ter sido uma opção capaz de minimizar a carência e o desejo de comer algo mais além do feijão com farinha ou cuscuz. Claro que a caça não era exclusividade dos pobres. Membros da elite campinense praticavam-na com gosto: quer por apreciar a carne das caças, quer pelo prazer do esporte. Por sua vez, o prazer do esporte não era apanágio dos mais favorecidos; os necessitados também apreciavam a aventura. Entre estes, todavia, a carência alimentar parece ter sido o incentivo principal a impulsionar-lhes nesta tarefa.²¹ Lutar contra tanta carência num período de propalada abundância deve ter sido uma tarefa difícil e inglória para os milhares de pobres que viviam em Campina Grande. As fissuras sociais que caracterizavam a sociedade brasileira naquele momento com os seus conflitos e tensões se reproduziam nesta cidade, e os seus reflexos mais imediatos, dados à percepção pública, foram, quase sempre, tratados como caso de polícia. Essas contradições sociais são bem evidentes em algumas das fotografias tomadas da cidade.

Sabe-se que desde o século XIX as cidades tiveram os seus significados redefinidos e passaram a ser objeto de olhares e saberes que até então não lhe eram tão peculiares: o médico, o jurídico e o técnico. Nesse sentido as funções das ruas sofreram profundas mudanças, na medida em que novas demandas passaram a definir-lhe os papéis que, criados por um

pensamento novo, caracterizavam-se pelas ideias de higienização, racionalidade e desenvolvimento.²²

É possível que em Campina Grande algumas imagens fotográficas tenham se prestado para este fim. De qualquer forma, pelo fato do conjunto de imagens que dispomos parecerem muito mais produto de fotógrafos diletantes do que de uma política de produção de imagens realizada pelas administrações que se revezaram à frente do município, é possível ver nelas tanto ambiguidades como o que poderiam ser “confirmações” visuais desse novo ideário. Portanto, se as imagens fotográficas foram acionadas para “comprovar” o atraso ou o progresso das cidades, as fotografias que tiveram Campina Grande como referente mostram uma cidade atordoada ante a pauta modernizante que estava na ordem do dia e a convivência com uma experiência que estranhava muitas das novidades que se insinuavam no seu cotidiano. Impactados pelas novas tendências, mas habituados com um ritmo de vida mais ou menos cristalizado, os fotógrafos não poderiam deixar de reproduzir estas tensões em suas imagens.



FIGURA 06: Acervo Severino Bezerra de Carvalho

A sexta fotografia [figura 06] nos conduz à Campina Grande em 1940, mais precisamente no Beco do 31 (atual Rua Monsenhor Sales), logradouro que faz parte do centro da cidade. No movimento das pessoas no seu ir e vir, cuidando de suas vidas, comprando e vendendo – vemos uma mulher equilibrando uma bacia em sua mão direita, talvez uma das muitas vendedoras de ruas que sobreviviam desse mister; um pouco mais ao fundo, um homem conduz alguns pacotes nas mãos e na cabeça. Pelo centro da rua segue um homem com um saco às costas e um menino caminha na direção do fotógrafo, além de outras pessoas caminhando e algumas outras sentadas ao fundo da imagem. Era esse movimento cotidiano, nas ruas, nas calçadas e no interior das casas comerciais como as que vemos na fotografia, que conferia àquela artéria e àquele centro, na pena e nos desejos dos cronistas campinenses, o status de progressista.

Todavia, nem sempre determinadas atividades comerciais e/ou de transformação eram compatíveis com os pressupostos do progresso, associado que estava aos fundamentos de salubridade. Certamente as atividades realizadas no Curtume São José, com o beneficiamento das peles de animais que ali se verificava, e do cheiro nada saudável que dali exalava, estavam na contra mão da propaganda que se fazia do ar puro que se respirava em Campina Grande, a “Petrópolis paraibana”.²³

Há outro indício revelado por esta imagem que deve ter incomodado muito às autoridades e comerciantes daquela área naqueles tempos. Referimo-nos à presença de mendigos nesta rua. Se o fotógrafo que tomou esta imagem estava preocupado em documentar o movimento da rua, quem sabe até com o objetivo de reiterar, no plano visual, a movimentação humana que lhe daria vitalidade, não deve ter atentado para uma mão que aparece estendida, na direção de um transeunte, como que a lhe pedir uma esmola.

Olhando para o conteúdo de imagens como esta nos encontramos com um princípio estimulante e caro às considerações de Walter Benjamin sobre a história da fotografia: não obstante todo o planejamento e intenção do fotógrafo para produzir tal imagem, somos tomados pela necessidade de buscar nela a “centelha do acaso, do aqui e agora, com a qual a realidade

chamuscou a imagem, de procurar o lugar imperceptível em que o futuro se aninha ainda hoje em minutos únicos, há muito extintos e com tanta eloquência que podemos descobri-lo, olhando para trás... algo que não pode ser silenciado, que reclama com insistência o nome daqueles que viveram ali, que também na foto são reais”.²⁴

A mendicância é representada à margem, numa zona de sombra, como uma mancha a contrastar com a face iluminada da rua, de forma que a sua presença é passível, pelo menos, de duas interpretações derivadas das seguintes possibilidades: o fotógrafo (cuja identidade desconhecemos) transpõe para o seu registro o pensamento da elite que desejava fazer desaparecer todas as formas de sobrevivência que não fossem sancionadas pelo trabalho, mostrando a mendicância como algo que, escuro, sujo, maculava aquela importante área urbana e que por isto deveria ser retirada dali. Por outro lado podemos imaginar que a produção desta fotografia expressa um questionamento de tal processo de modernização uma vez que, ao produzir e concentrar a riqueza em poucas mãos, ele contribuía para o recrudescimento da pobreza que se expressa por meio da mendicância, a sua mais crua revelação.

Muitas vezes, armadas com discursos moralistas e falsamente piedosos, se ergueram contra a prática da mendicância, quer reivindicando ações policiais para colocar termo a esta prática, quer solicitando ações da administração pública ou incentivando a filantropia para conter os mendigos que, cotidianamente, tanto incomodavam com as suas presenças.²⁵

Estaríamos, assim, diante do prenúncio do *Sonho de Pureza* sugerido por Zygmunt Bauman?²⁶ Bauman nos mostra que um dos grandes ideais nas sociedades modernas e nas chamadas pós-modernas, um desejo de limpeza e harmonia estética, orientou o pensamento dos seus pregadores. Nas sociedades modernas, um dos aspectos da não-harmonia era representado pelas classes ditas *perigosas*, isto é, os trabalhadores pobres empregados, subempregados ou desempregados, cuja presença maciça nos grandes centros industriais ou nas grandes cidades enchia de temor às elites dominantes.

E as ideias acerca do que era ou não civilizado para os homens de letras de Campina Grande tinha a sua matriz na Europa. Nesta cidade foi inevitável a associação entre as ideias de *Civilização* e *Progresso*. Afinal, o comércio do algodão feito diretamente com grandes centros ingleses, a importação de equipamentos deste país; no plano simbólico, a comparação de Campina Grande com Liverpool... E o que dizer das modas e dos bons modos que os franceses inventaram, os seus manuais de boa etiqueta, difundidos em grande parte do mundo ocidental? A reforma urbana paradigmática instituída em Paris; e a importância de sua literatura e do seu idioma? O bacharel Hortensio Ribeiro foi professor de Língua Francesa e jactava-se em citar, no original, grandes nomes da literatura dos países de Baudelaire e Shakespeare. Mesmo o autodidata Cristino Pimentel valia-se, vez por outra, de textos franceses e ingleses para fundamentar os seus próprios escritos. Portanto, ao reconhecemos a dívida intelectual dos nossos letrados para com os ingleses e os franceses, não é tão difícil associarmos o referente desta fotografia como uma imagem pouco desejada para os sonhadores da pureza campinenses, uma vez que as pessoas que esta imagem nos mostra não estavam em consonância com o seu ideal de civilidade.

É certo que uma imagem como esta pode indiciar, até certo ponto, a evolução econômica da cidade: os negócios com o algodão, o comércio varejista e as atividades industriais criavam um ambiente propício para que as ruas centrais da cidade fossem, mais e mais “invadidas”. Foi certamente uma situação econômica confortável que fez aumentar, como disseram à época alguns articulistas, a mendicância em Campina Grande, esse entrave potencialmente dramático para o pensamento modernizador que por ali se sorvia. E a mão estendida que a imagem nos mostra, como que a pedir, serve para questionar esse pensamento. Ela nos lembra que tal modelo de desenvolvimento e progresso, tão promissor aos olhos dos seus beneficiários, não favoreceu a uma grande parcela dos moradores desta cidade, como deixavam subentender certos escribas deste progresso, ao associarem a riqueza ali produzida à cidade, como se ela pertencesse a todos. Definitivamente não pertencia.

Toda uma retórica moralista que mal disfarçava o preconceito e a discriminação social desejava estabelecer novos padrões de comportamento e sociabilidade, fixando regras marcadoras de um compasso que deveria ser observado e seguido por todo o corpo social, de forma que não se reproduzissem mais em Campina Grande modos e hábitos inadequados e incompatíveis com a civilidade que a cidade já alcançara: os apologetas desse ideário de novas condutas, diante da aquisição de tantas novidades técnicas que colocavam os campinenses *vis a vis* com as cidades mais desenvolvidas do país, desejavam que todo esse povo, uma vez em contato com tais novidades, expressasse a sua civilidade e educação. Era o caso dos requisitos desejados para aqueles que iam buscar a diversão oferecida pelos cinemas locais.

Campina Grande já convivía com os cinemas desde março de 1909, quando foi inaugurado o *Cinema Brasil*, funcionando no edifício do Grêmio de Instrução.²⁷ Portanto, no item entretenimento cinematográfico, a cidade já experimentava, há algum tempo, essa relação com uma das mais fabulosas representações do mundo, apresentadas pelos irmãos Lumière, no final do século XIX, período em que foram produzidos alguns dos mais impressionantes ícones da modernidade técnica e científica.

Claro que as relações dos campinenses com o cinema nem sempre foram pacíficas. Desde os seus primórdios o cinema fez desencadear pelo menos duas formas de representações sobre o caráter do que era exibido nas telas: uma visão que lhe glorificava o caráter pedagógico, na medida em que colocava os expectadores em contato com experiências vivenciadas em lugares distantes, fauna, flora, cidades, gentes, costumes até então desconhecidos; por outro lado, uma série de discursos moralistas colocou-o como algo capaz de comprometer seriamente as relações dos homens com o sagrado, sendo considerado algo diabólico, caminho tortuoso, desviante da moral e dos bons costumes na medida em que retratava também em suas películas os crimes, a corrupção, os vícios com cenas provocadoras de escândalos, razões para revoltas e para medos. Ainda que alguns destes cronistas reconhecessem que o cinema repetia o que de fato acontecia nos

países mais adiantados, criticavam-no pelo fato de poderem influenciar sujeitos que, levados pela fraqueza e ignorância, viessem a cometer loucuras, devido à influência perniciosa do cinema em cidades sem o mesmo grau de adiantamento.

A fotografia a seguir [figura 07] nos mostra o Cine Capitólio em primeiro plano e, ao fundo, a Igreja do Rosário, na Rua Irineu Joffily, área então bem próxima ao centro de Campina Grande. Esta imagem foi tomada entre novembro de 1934 e outubro de 1940, uma vez que no dia 20 de novembro de 1934 deu-se a inauguração do Capitólio, e em 18 de outubro de 1940, iniciou-se a demolição da Igreja do Rosário, que havia sido comprada pelo Estado pela quantia de trinta mil cruzeiros para ser demolida em função do prolongamento da Avenida Floriano Peixoto, ou como nos diz Epaminondas Câmara, “em observância ao plano de urbanização da cidade”.²⁸

O Cine Teatro Capitólio foi o primeiro grande espaço construído para proporcionar um moderno equipamento de lazer voltado para as artes visuais, seguido do Cine Babilônia, localizado também na Rua Irineu Joffily e inaugurado em 1939. A imprensa campinense e o próprio Epaminondas Câmara jactavam-se em afirmar a capacidade para mil expectadores que o Capitólio possuía. O senhor Lívio Wanderley (gerente deste cinema desde 1947 até o fechamento de suas portas em abril de 1999) classificou-o como um cinema voltado para a classe “A”, graças ao alto preço dos seus ingressos e pelo conforto que proporcionava aos seus frequentadores, crenes na promessa de um lazer sadio e elegante e na construção de uma vida noturna marcada pela cultura.²⁹

Acreditamos que o fotógrafo que tomou a imagem acima destacada esforçou-se para dar ares de grandeza à construção enfatizando a fachada do edifício como o território de um novo tempo para aquela sociedade que agora dispunha de uma elegante e sofisticada casa para o seu entretenimento. É visível ainda a associação daquela casa de espetáculos à elite local na medida em que na composição da imagem estão dois veículos motorizados: um caminhão e um carro de passeio, signos da elite econômica e social

campinense. O que vemos ao fundo da imagem insinua-se como uma negação à pose preparada para a composição desta fotografia: duas mulheres (que certamente não estavam no projeto de elaboração desta imagem), portando guarda-chuvas, parecem dirigir-se à igreja; mas, na calçada do edifício, dois homens bem vestidos – e que julgamos estarem ligados de alguma forma ao Capitólio –, indicam as maneiras elegantes de trajar, pré-requisitos para a frequência daquele sodalício.



FIGURA 07: Acervo Museu Histórico de Campina Grande

Os cinemas Capitólio e Babilônia foram pontos de encontro e lazer da elite local. O senhor Luiz Teixeira, gerente do Cine Babilônia, afirma os cuidados com o bem vestir, com as aparências a ponto de associar as sessões cinematográficas a “verdadeiros desfiles de modas”.³⁰ Reinava o velho e bom linho Taylor S 120 e, para completar, sapatos “Pellegrini”. Essa indumentária, no dizer de Francisco Maria Filho, constituiu-se “numa imposição da moda, condição essencial para o jovem que se julgasse elegante”. A exibição desses moços não se restringia apenas aos cinemas: estavam nos bares, restaurantes, retretas e praças.³¹ Os cinemas campinenses, ao projetarem os seus filmes nacionais e estrangeiros, contribuíram para

transformar sensibilidades, fazendo emergir um mundo novo, responsável pela mudança de condutas e hábitos daquela sociedade que, sob vários aspectos, espelhou-se nos personagens cinematográficos e na vida real dos atores e atrizes cujas belezas, recauchutadas pela nascente indústria cosmética, eram desejadas e imitadas pelos rapazes e moças de Campina Grande.³² As crônicas de Francisco Maria e de Antonio Morais, ao rememorarem o tempo de infância e adolescência, são bem significativas dessa situação: o primeiro, no Cine Capitólio, apaixonou-se pela atriz Dorothy Lamour quando esta protagonizou o filme “Aloma, a Princesa das Selvas”; o segundo, impressionado com a beleza da atriz Elissa Landi, conseguiu desta uma fotografia autografada. Tendo encontrado o endereço da atriz na revista “Cena Muda”, especializada na vida de artistas de cinema, escreveu-lhe e ganhou o prêmio que o marcaria pela vida afora.³³

As imagens dos artistas de cinema marcaram, sem dúvidas, muitas pessoas daquela sociedade, ainda mais os jovens. Não podemos esquecer que um dos reflexos do cinema consiste na ativação do que viria a se tornar um dos mais sedutores, importantes e lucrativos fenômenos do mundo contemporâneo: o *merchandising*.

Pelos jornais e revistas de circulação nacional, as empresas nacionais e estrangeiras se valeram da fama e prestígio de artistas nacionais e estrangeiros para fazer a difusão dos seus produtos junto ao público brasileiro por meio da sedução e do encantamento que lhes atribuem, usando mensagens escritas e fotográficas. A Paraíba, e Campina Grande, em particular, não poderiam ficar de fora. O jornal *A União* – responsável pela publicação das imagens que reproduzimos a seguir fora – na Paraíba, um dos principais veículos a trazer os mais variados produtos e colocá-los à disposição dos consumidores locais: aparelhos para barbear, sabonetes, perfumes, creme dental, cremes para a pele, medicamentos diversos; máquinas de escrever, automóveis, caminhões; eletrodomésticos... Afinal, nos lembra David Harvey, para manter a lucratividade os capitalistas não se constringem em explorar novas possibilidades. Abrem novas linhas de produtos ao mesmo tempo em que criam novos desejos e necessidades nos

outros, cultivando apetites imaginários e enfatizando a fantasia, o capricho e o impulso.³⁴

O público feminino foi muito visado pelos apelos comerciais. A imagem que segue [figura 08] nos apresenta a grande Carmen Miranda, estrela que brilhara nos palcos brasileiros e naquele momento levava ao delírio as plateias americanas mostrando, em Hollywood, “o que é que a baiana tem”. Exibindo o seu largo e famoso sorriso, aparentando uma alegria “natural” e “permanente”, mostrando o turbante e os seus balangandãs, marcas registradas suas, associa-as ao sabonete Eucalol, um produto que anuncia como capaz de proporcionar pele limpa, macia, saudável e perfumada, como a sua própria. A beleza do sorriso e dos dentes de Carmen Miranda devia-se, segundo ela faz crer por meio da imagem, à ação do creme dental Eucalol.



FIGURA 08: Jornal A União (setembro de 1941)

Pele macia, limpa e perfumada juntamente com hálito puro, belos dentes e sedutores sorrisos de artista constituem um novo ementário de beleza, reflexo dos cuidados que deveriam ser dispensados ao corpo, num momento em que tanto a medicina quanto a indústria cosmética davam passos para vencer as limitações impostas à beleza por doenças ou descuido com os dentes e a pele: abundaram perfumes, cremes, batons, esmaltes, enfim, todo um arsenal da cosmética garantindo frescor juvenil e amores bem sucedidos. Uma tentação para a pele das mocinhas campinenses que já estavam em contato com as grandes novidades do mundo da moda, dos usos e dos recursos utilizados pelas suas artistas prediletas para mostrarem-se mais bonitas e atraentes aos olhos de seus fãs.

GUERRA AS CARIES!
Somente Kolynos as combate DESTES **3** MODOS!

1. ELIMINANDO OS ÁCIDOS DA BOCA
Os ácidos da boca que causam os dentes serem corroídos são produzidos naturalmente pelo organismo ao comer, ao conversar, ao fumar e ao beber. Esses ácidos, juntamente com o açúcar e a gordura que estão naturalmente no dente, servem de alimento para as bactérias que produzem os ácidos e os carboidratos.

2. DESTRUINDO AS BACTERIAS
A ciência moderna ("Lactobacillus Acidophilus") é a primeira que descobriu que produz os ácidos dentários. Quando Kolynos destrói essas bactérias, não há mais ácidos produzidos no dente, e a saúde dos dentes é preservada. Kolynos destrói as bactérias e também, portanto, quebra os ácidos que causam os dentes serem corroídos por ácidos. São estes os Kolynos para todos os dias.

3. LIMPANDO PERFEITAMENTE
A especial polvilho e a fórmula de Kolynos fazem as partículas de abrasivo que são muito fininhas para serem... e também impulsionam os dentes para dentro da gengiva. Isso evita que os dentes sejam corroídos por ácidos. Uma especial polvilho faz os dentes serem limpos e brilhantes ao mesmo tempo e bactericidas ao mesmo tempo. Isso evita que os dentes sejam corroídos por ácidos.

COMO SÃO BRANCOS E SADIOS os dentes do KOLYNOS-ISTA!

MAS, VEJA ESTE CONTRASTE... →
Olhe os dentes de minha mulher... brancos e tão saudáveis. Isto porque ela usa Kolynos. Logo após visita ao dentista e...

FIGURA 09: Jornal A União (publicada em abril de 1950)

A indústria cosmética e os laboratórios farmacêuticos não poderiam ignorar o sexo masculino como outro consumidor em potencial dos seus produtos. É o que denota esta fotografia [figura 09] que nos apresenta o ator George Brent, astro do cinema americano. A imagem do galã, com seu charme e sorriso perfeito, deveria agir sobre o inconsciente masculino de forma a reproduzir nele um padrão de beleza ideal, referendando um modelo estético capaz de possibilitar sucesso e conquistas. A agência responsável pela publicidade do creme dental Kolynos joga também com uma estratégia científica – representada nos conceitos de ácidos e de bactérias produtoras das cáries, prontamente detectáveis pelo espelho odontológico –, procurando dar credibilidade ao seu produto. Afinal, na “guerra contra as cáries”, o creme dental Kolynos agiria em três frentes: “eliminando os ácidos da boca”; “destruindo as bactérias”; “limpando perfeitamente”. Uma verdadeira batalha em benefício da higiene e da beleza.

A mensagem fotográfica expressa pela presença do artista é significativa porque atraente para o seu público, e ela cresce em importância na medida em que o texto que legenda a fotografia recebe o aval do protagonista: ele expõe-se como beneficiário do produto que recomenda. E o apelo “científico” se impõe como fundamental à chamada publicitária, dando-lhe um verniz respeitável e convincente. Fotografia e texto escrito, imagens compostas por estruturas diferentes, convergem e comunicam, emitindo uma mensagem cujos desejos e necessidades são motivar ao consumo. Este tipo de divulgação publicitária, chamativa, charmosa e “cientificamente” certificada, buscava mobilizar o imaginário feminino e o masculino. Em Campina Grande, as moças e os rapazes, os homens e as mulheres de sua elite foram potenciais consumidores destes produtos, pródigos em promessas de sonhos e de ilusão.

NOTAS

* Doutor e Professor na Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: cabralf@terra.com.br

¹ Veja-se HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo, Paz e Terra, 1992, p.18.

² Limitados pela natureza deste artigo não discutiremos as muitas contribuições de historiadores sobre o conceito de *cotidiano* e o de *cultura material*, mas remetemos o leitor a alguns textos de crucial importância para a sua compreensão: ROCHE, Daniel. *História das Coisas Banais – Nascimento do Consumo nas sociedades do século XVII ao XIX*. Tradução Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro, Rocco, 2000; CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano. 1. Artes de Fazer*. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ, Vozes, 2000; PESEZ, Jean-Marie. A história da Cultura Material. In LE GOFF, Jacques. CHARTIER, Roger. REVEL, Jacques. *A Nova História*. Tradução Maria Helena Arinto e Rosa Esteves. Coimbra, Portugal, Almedina, s/d. (p. 110-143; p. 113). Braudel, Fernand. *Civilização material, Economia e Capitalismo – Séculos XV-XVIII. Volume I: As Estruturas do Cotidiano*. Tradução: Telma Costa. São Paulo, Martins Fontes, 1995. Valemo-nos ainda textos recentes de historiadores brasileiros: MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e Cultura: história, Cidade e Trabalho*. Bauru, Edusc, 2002. Cada vez mais historiadores brasileiros têm se voltado para o estudo do nosso cotidiano com especial ênfase sobre a vida privada. O exemplo de maior sucesso – inclusive editorial – é a coleção dirigida pelo professor Fernando Antonio Novais, intitulada *História da Vida Privada no Brasil*, organizada em quatro volumes que abarcam a História do Brasil desde o Período Colonial até a contemporaneidade. Poder-se-ia também incluir neste esforço de produção historiográfica alguns livros da historiadora Mary Del Priore: *Histórias do Cotidiano; História das Mulheres no Brasil*, e *História das Crianças no Brasil*.

³ Veja-se: PAIS, José Machado. *Vida Cotidiana – Enigmas e Revelações*. São Paulo, Cortez, 2003.

⁴ *Idem*, p. 27. O sociólogo José de Souza Martins também recorre a esta analogia entre o trabalho dos fotógrafos e o dos sociólogos para evidenciar a natureza fragmentária dos indícios com os quais se constrói a realidade social vivida. Veja-se MARTINS, José de Souza. A imagem incomum: a fotografia dos atos de fé no Brasil. In *Estudos Avançados*. Vol. 16, n° 45, São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, maio/agosto de 2002.

⁵ Peter. *Testemunha Ocular – História e Imagem*. Tradução Vera Maria Xavier dos Santos, Bauru, Edusc 2004.

⁶ Conferir ROCHE, Daniel. *História das Coisas Banais – Nascimento do Consumo nas sociedades do século XVII ao XIX*. Tradução Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro, Rocco, 2000, p. 11; PESEZ, Jean-Marie. A história da Cultura Material. In LE GOFF, Jacques. CHARTIER, Roger. REVEL,

Jacques. *A Nova História*. Tradução Maria Helena Arinto e Rosa Esteves. Coimbra, Portugal, Almedina, s/d. (p. 110-143; p. 113).

⁷ BOURDIEU, Pierre. *Un Arte Médio: ensayo sobre los usos sociales de la fotografía*. Versión castellana de Tununa Mercado. Editorial Gustavo Gilli, Barcelona, 2003, p. 44. O grifo está no original.

⁸ Conferir BRAUDEL, Fernand. *Op. Cit.* p. 250.

⁹ É vasta a bibliografia tratando de reformas urbanas e processos modernizadores no Brasil de finais do século XIX e início do século XX. Indicamos aqui alguns títulos aos quais recorreremos para a elaboração do presente trabalho. BRESCIANI, Maria Stella Martins *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo, Brasiliense, 1982. BRESCIANNI, Maria Stella Martins. Permanência E ruptura no estudo das cidades In *Cidade & História* (org) Ana Fernandes e Marco Aurélio A. de F. Gomes. Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. ANPUR, 1992, (p. 11-26). BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar – a aventura da modernidade*. Tradução: Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo. Cia. Das Letras, 1986. SEVCENKO, Nicolau. O Prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In *História da Vida Privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio*. Coordenador geral da coleção Fernando A. Novais; organizador do volume Nicolau Sevcenko. São Paulo, Cia. Das Letras, 1988 (p. 7-48). SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu Extático na Metrópole – São Paulo: sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo, Cia. das Letras, 1992. LIMA, Solange Ferraz. Espaços projetados: as representações da cidade de São Paulo nos álbuns fotográficos do início do século. In *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, v.6, nº 01-02, janeiro-dezembro, 1993 (99-110). SOUSA, Fábio Gutemberg R. Bezerra. *Cartografias e Imagens da cidade: Campina Grande – (1920-1945)*. Tese de Doutorado em História. Campinas, Unicamp, 2001. SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa. *Lazeres permitidos, prazeres proibidos: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965)*. Tese de Doutorado em História. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 2002. ARANHA, Gervácio Batista. *Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas e práticas culturais (1880-1925)*. Tese de Doutorado em História. Campinas, Unicamp, 2001. BOMPASTOR, Sylvia Couceiro. Faces da Cidade. In KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro (org.) *Imagens & Ciências Sociais*. João Pessoa, Editora da UFPB, 1998 (p.119-131). REZENDE, Antonio Paulo. *(Des) Encantos Modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte*. Doutorado em História. São Paulo, USP, 1992. PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os pobres da cidade: vida e trabalho – 1880-1920*. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1994. BARRETO, Maria Cristina Rocha. *Imagens da Cidade: a ideia de progresso nas fotografias da cidade da Parahyba (1870-1930)*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 1996. MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In *História da Vida Privada no Brasil – República: da*

Belle Époque à Era do Rádio. Coordenador geral da coleção Fernando A. Novais; organizador do volume Nicolau Sevcenko. São Paulo, Cia. Das Letras, 1988 (p. 131-214).

¹⁰ Conferir a crônica “Enterro de Menino Pobre” In MARIA FILHO, Francisco. *Crônicas*. Campina Grande, 1978, p. 32-33.

¹¹ Localizar geograficamente estas ruas, hoje, não deixa de ter um grau considerável de complexidade. Além desta imagem temos a descrição fornecida por Epaminondas Câmara no seu livro *Datas Campinenses*, que assim nos informa sobre a espacialidade da Rua da Cadeia: “Começa na Praça da Luz e termina na Rua Irineu Joffily. É hoje um dos lados da Praça Clementino Procópio” (nota de pé de página, p.91). Já a Praça da Luz, componente desta cartografia, é assim localizada e descrita pelo mesmo autor: “Entre as ruas Afonso Campos, Vidal de Negreiros e Venâncio Neiva. No lado entre as extremidades de Afonso Campos e Vidal de Negreiros, onde hoje se ergue a igreja Batista e várias casas novas, existia naquele tempo uma série de mocambos de taipa e telha, conhecida por Caixa de Fósforos”. Cf. *Datas Campinenses*. Campina Grande, Ed. Caravela, 1988, p. 93.

¹² Conferir “As Caixas de Fósforo”. *Jornal Brasil Novo*, n. 6, 14 de fevereiro de 1931, p. 6.

¹³ Citado em SANTAELLA, Lúcia e NÖTH, Winfried. *Imagem: Cognição, semiótica, mídia*. São Paulo, Iluminuras, 2001, p. 133. Os grifos estão no original.

¹⁴ Conferir MENDES, Manuel Pessoa. *O menino de Tracunhanhém*. Brasília, Thesaurus, 1999. Percebamos que mesmo tantos anos depois deste acontecimento o nosso memorialista parece concordar com o modelo de pensamento que estigmatizava o seu antigo bairro, isto é, o fato daquele local já haver abrigado *mulheres da vida* justificavam a má fama que lhe era atribuída. As mulheres da vida que tanto perturbaram os menestréis da “ordem” em Campina Grande (os grifos, no original, são bem emblemáticos dessa comunhão de pensamento).

¹⁵ É uma expressão também usada por Manuel Pessoa Mendes para designar a cama que seus pais usaram ao chegar à Campina Grande: “Zefinha jogou uma colcha de retalhos sobre seu catre”. Conferir MENDES, Manuel Pessoa. *Op. Cit.*, p. 33

¹⁶ Segundo depoimento do doutor Severino Bezerra de Carvalho, o salão de barbearia de Luiz Rodrigues, localizado na Rua Maciel Pinheiro, vizinho ao Hotel Central, era o preferido pelos homens de maior poder aquisitivo de Campina Grande. De acordo com Epaminondas Câmara este foi o primeiro salão de barbearia instalado na cidade, e sua inauguração ocorreu em 1918 (Conferir CÂMARA, Epaminondas. *Op. Cit.*, p. 88).

¹⁷ Temos alguns indícios que nos levam a pensar que a atividade de abater animais para a venda na feira e nos mercados locais não se restringiu ao Prado, mas verificou-se em outras zonas da periferia de Campina Grande. Por exemplo: a rua atualmente denominada Cel. José André, ligando as avenidas Getúlio Vargas e Floriano Peixoto, a oeste da cidade, já teve a denominação popular de Rua do Esfola Bode. O senhor Nicomedes Henriques de Oliveira

nos informou que este nome deve-se às atividades de abates de caprinos naquela artéria.

¹⁸ MENDES, Manuel Pessoa. *Op. Cit.*, p. 37.

¹⁹ *Idem; ibidem.*

²⁰ Conferir: “Sua Excia. O Carniceiro”. In *A União*, 13 de janeiro de 1943, Ano L, n. 10, p. 6. O jornal *A União* é o órgão noticioso oficial do Estado da Paraíba desde 2 de fevereiro de 1893 até os dias atuais.

²¹ Valemos-nos aqui das narrativas do médico Severino Bezerra de Carvalho ao nos falar de suas aventuras como caçador nas cercanias de Campina Grande juntamente com o seu colega e amigo Francisco (Chico) Wanderley. “Em vários sábados, após o café (em minha casa, pois o parceiro ainda nem pensava em casamento) saíamos ‘fardados’ com macacão cinza claro, de mescla, uma grande mochila a tiracolo contendo apetrechos indispensáveis à aventura (sanduíches de várias espécies, barras de chocolate, laranjas azedas ou limões, pois a sede grande não cede com água, uma caixa de metal contendo seringas e agulhas esterilizadas – pois não havia ainda seringas descartáveis – soros contra picadas de cobras, antiofídico, anticrotálico e antibotrópico), uma faca de mato numa bela bainha na cintura, chapéus de abas largas (de palha, baratos...) e botinas de cano longo, quase botas, além do cantil. Minha arma era um rifle Winchester de bala U, com repetição de 20 tiros, e a do Chico era uma bela espingarda de cartucho calibre 12, capaz de assombrar, sei lá, até alguma onça desgarrada”. Conferir BECALHO, Seno. *Vagamundagem*. Campina Grande, Impresso para consumo doméstico, p. 37. (Um esclarecimento: Seno Becalho é um heterônimo de Severino Bezerra de Carvalho). Manuel Pessoa Mendes nos diz que a caça sempre fora o divertimento favorito dos Mendes, desde os seus antepassados, e que o seu pai, Albino, desde a infância habituara-se a caçar com um badoque; aos doze anos ganhara do pai uma espingarda de espoleta, e aos dezessete, com a venda da colheita do seu roçado, comprara uma espingarda *Lazarina*, usada. Ao narrar este hábito familiar ele nos coloca em dia com os muitos animais caçados por pessoas como aquelas: rolinhas, nambus, preás, codornas... Conta-nos também que no primeiro domingo de sua família em Campina Grande, a carne do almoço fora providenciada numa caçada realizada pelo seu pai e o seu avô, sendo auxiliados pelo cão da família, chamado Galego. Naquele distante domingo o seu pai “voltara para casa às duas da tarde, trazendo cinco codornas no *bizaco* (sic). Duas delas, depois de limpas, salgadas e assadas numa grelha de arame, foram devoradas no almoço... Três codornas restantes, também limpas e salgadas, foram dependuradas num arame esticado sobre o fumeiro do fogão, para o almoço do dia seguinte”. Conferir MENDES, Manuel Pessoa. *Op. Cit.*, p. 39.

²² A esse respeito veja-se PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os pobres da cidade: vida e trabalho – 1880-1920*. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1994.

²³ O senhor Nicomedes Henriques de Oliveira teve a sua memória olfativa acionada quando lhe apresentamos esta fotografia: ele lembrou,

imediatamente, do mau cheiro que exalava deste curtume, em determinadas horas do dia, incomodando transeuntes e negociantes ali estabelecidos.

²⁴ Conferir “Pequena História da Fotografia” In BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas – Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo, Brasiliense, 1993, p. 91-107, [p. 93-94].

²⁵ Durante a nossa pesquisa nos deparamos com artigos de jornal reivindicando ações institucionais contra a mendicância. Sugeria-se a segregação de crianças pobres em espaços educativos e profissionalizantes; combatia-se, com a solicitação de medidas enérgicas por parte das autoridades policiais, o que se chamava de “falsa mendicância”. Vejamos: Hortensio Ribeiro fez publicar na edição de 30 de abril de 1938, no jornal *Voz da Borborema*, a matéria “Panem et Circenses”, onde propunha a ação da administração pública no sentido de dar pão e diversão para os pobres; no mesmo jornal, em edição de 17 de setembro de 1938, Evaldo Maia publicou “Falsos Mendigos”, onde procura associar a mendicância não necessariamente à falta de trabalho, mas à falta de vontade de trabalhar por quem se ocupava de ganhar a vida mendigando; na edição de 6 de julho de 1940, o *Voz da Borborema* chama a atenção das autoridades para o aumento da mendicância em Campina Grande. Na edição de 4 de março de 1943 o jornal *A União* felicita o coronel Silva Fonseca, comandante da guarnição federal ali estabelecida, por distribuir sopa às crianças pobres de Campina Grande. Na edição de 15 de julho de 1947, Manuel Pessoa Mendes – agora articulista do jornal *A Imprensa*, fez publicar um artigo no qual lamenta que em Campina Grande seja quase nula assistência social; cidade na qual “os pobres perambulam pelas ruas e nas feiras. Os cegos e aleijados tropeçam nas pessoas que se apressam em seus afazeres, ou quedam nas calçadas a mendigar o dia inteiro” (p. 5). Em 7 de agosto de 1948, o mesmo jornal publicou uma matéria sobre o estabelecimento da Casa Maternal João Moura, idealizado pela senhora Lourdes Ribeiro, esposa do bacharel Hortensio Ribeiro. Tal instituição visava impedir que os menores abandonados apodrecessem no vício e não viessem, no futuro, a engrossar a “multidão de mendigos” pelas vias públicas da cidade.

²⁶ Cf. BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da Pós-modernidade*. Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1998, p. 13-48.

²⁷ Veja-se CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. Campina Grande, Editora Caravela, 1988; p. 82, 83, 84 e 88.

²⁸ Conferir CÂMARA, Epaminondas. *Op. Cit.*, p. 121, 133 e 135.

²⁹ Entrevista de Lívio Wanderley a Ronaldo Dinoá In *Memórias de Campina Grande*. Campina Grande, Editoração Eletrônica, 1993, Vol. I.

³⁰ Conferir DINOÁ, Ronaldo. *Op. Cit.*, p. 467. Vale ressaltar que nos anos que se seguiram outros cinemas foram construídos em áreas fora do centro da cidade: em 1944, o Cine Avenida, no Bairro da Prata e o Cine São José, no Bairro de São José, apesar de pertencerem à mesma empresa, eram considerados cinemas classe “B” em função dos preços mais em conta dos seus ingressos assim como do pouco conforto que oferecia aos seus

frequentadores, o público “menos aquinhoado”, nas palavras do gerente do Cine Babilônia, Luiz Teixeira. O Cine Liberdade (ou Imperial), no bairro da Liberdade, na década de 1950, e o Cine Arte, no bairro de José Pinheiro constituíram os chamados cinemas de bairro.

³¹ Conferir a crônica “Minha roupa de linho branco” In MARIA FILHO, Francisco. *Op. Cit.*, p. 27-28.

³² A respeito dos impactos do cinema na cotidianidade campinense remetemos a SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa. *Lazeres permitidos, prazeres proibidos – Sociedade, Cultura e Lazer em Campina Grande (1945-1965)*. Tese de Doutorado em História. Recife, UFPe, 2002 (p. 251-285).

³³ Veja-se a crônica “Ciúme de Dorothy Lamour” In MARIA FILHO, Francisco. *Crônicas*. João Pessoa, A União Cia. Editora, 1978, p. 35; conferir também a crônica “O Retrato” In MORAES, Antonio Pereira. *Vi, ouvi e senti – Crônicas da vida campinense e outras narrativas*. Campina Grande, Epgraf, 1985, p 39.

³⁴ Cf. HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo, Loyola, 1992, p. 103.